

O AMAZONAS E OS RECURSOS NATURAIS

Nilson Pimentel (*)

12/jan/2018

De quando em vez, é preciso se manifestar sobre algum assunto que não dizem respeito especificamente ao tema proposto no artigo, mas reputamos como necessário em face de determinadas circunstâncias.

Realizada à primeira reunião de trabalho do Clube de Economia da Amazônia (CEA) de 2018, os economistas continuam com o propósito de discussão, como cabe aos cidadãos conscientes do tempo em que vivem, sobre teses, ideias e proposições que resultem em ações efetivas em favor da melhoria da qualidade de vida do cidadão em sociedade, mas instigados por fatos de ocorrência reticente na sociedade amazonense, constatados na cidade de Manaus, principalmente, em que o cidadão não deve, jamais, ser subserviente ao governante e nem aos políticos, haja vista, serem eles os principais servidores públicos da sociedade, não sendo possível subverter tal relação de poder social e político.

Entretanto, se tem denotado que certas pessoas que se submetem a função menor de se submeter ao julgo de certos “tiranos de araque” que ameaçam ou até podem tomar outras atitudes contra algum outro cidadão que não se deixe subverter àquela ordem, pois aqueles são menores em suas insignificâncias, porque se prestam a subserviência rasteira, sem respeito a si próprios.

Resta-nos lamentar que tais fatos ainda ocorram na sociedade amazonense. Os ‘espíritos’ dessas pessoas menores rastejam e enlameiam-se como porcos, sem entender suas reais insignificâncias.

Porque os cidadãos verdadeiros jamais discutem pessoas quem quer as sejam, pois não interessa discussões sobre pequenas coisas.

Somos conscientes de que a Política envolve todas as pessoas da sociedade desde que se nasce como sendo algo inescapável.

Assim a Política é uma das poucas questões inevitáveis na vida, pois ela é como uma sina que nos persegue. A inevitabilidade da Política na sociedade determina o resultado que ela causa sobre a vida das pessoas nessa mesma sociedade.

Como? Pelo fato de que a Política se move pela qualidade das demandas que recebe da sociedade, uma vez que, se são boas, a Política tende a ser melhor.

Contudo, o que torna as demandas melhores? Primeiramente, é a qualidade que essa sociedade possui, como maior processo educacional, maior grau civilizatório, melhor processo de escolhas e qualidade de seus políticos, caso contrário, os resultados sempre serão péssimas à vida da sociedade.

Assim, se deixa para lá as discussões que envolvem as questões descritas, porém voltemos logo ao tema de maior importância do artigo.

Para os especialistas do CEA, não se pode mais deixar de discutir temas determinantes para o desenvolvimento econômico regional do Amazonas, principalmente quando se está sobre processos decisórios de desafios de repensar as implicações das estruturas produtivas centradas em recursos naturais no desenvolvimento econômico estadual.

Como seja de conhecimento de muitos, o Amazonas está dotado de recursos naturais dos mais diversificados e em abundância não existentes em outras regiões no Brasil e nem em outras partes do mundo.

Nessa direção, as discussões no CEA se encaminham nesse estágio que se encontra a economia regional, precisa analisar e interpretar as potencialidades e riscos da maior concentração de estruturas produtivas em recursos naturais e em produtos intensivos nesses recursos, e como tais potencialidades e riscos condicionam as estratégias de desenvolvimento econômico regional para o Amazonas.

O que se defende, quando no âmbito estadual e na ambiência de governo, a discussão sobre “nova matriz” e desenvolvimento econômico regional, que seja antes disso tudo, se volte a estabelecer por via do Planejamento Econômico Estratégico (PEE), para que se possa atender e atingir os objetivos e compreender de forma mais ampla o papel das atividades econômicas centradas em recursos naturais no desenvolvimento econômico do Amazonas.

Desse modo, para o pessoal do CEA o enfoque a adotar se pressupõe que o desenvolvimento econômico regional seja um processo contínuo e não automático de mudança estrutural, condicionado forma histórica de atuação e por escolhas de agentes econômicos e dos atores sociais e políticos envolvidos nas atividades econômicas regionais, ocorridas nos espaços territoriais, ou seja, cada Município que compõe as nove sub-regiões amazonenses.

O que se estudado mais amiúde são as cadeias produtivas e as cadeias de valor como segmentação provocado pela revolução das tecnologias de informações dentro do fenômeno da globalização de mercados e, que observando internamente o que ocorre na economia amazonense nas diversas atividades produtivas não é possível encontrar nenhuma cadeia produtiva devidamente delineada e estabelecida que dê sustentação a uma produção de transformação sequencial, muito menos, as cadeias de valor que não são conhecidas nem mesmo as de produção do Polo Industrial de Manaus (PIM).

O que se tem denotado, em fases preliminares de coletas de dados e informações são alguns tipos de produtos que poderão ser identificados por nichos de mercado e outros até customizados em formas e modelos que chegam a criar novas situações de certas commodities em segmento monopolizado.

Por isso que diante dessas novas modalidades que se apresentam no mercado, aqueles especialistas do CEA são levados à discussão da existência de estratégias para o desenvolvimento regional, tendo por base os recursos naturais, em produtos que não necessariamente resultantes de industrialização.

Portanto, existem janelas de oportunidades diversificadas, fora da visão tradicional fundamentalista, para processos de desenvolvimento econômico regional com base específica em determinados recursos naturais que apresentem potencialidades econômicas efetivas, principalmente para o estado do Amazonas.

Então, se pode perguntar: No caso do Amazonas, haveria condições favoráveis para estratégias diversificadas de desenvolvimento com aproveitamento de tecnologias dinâmicas que aproveitasse a base primária de seus recursos?

Esse pessoal do CEA diz que é preciso considerar a ideia que os recursos naturais não são uma simples "dotação" ou "dádiva" da natureza, mas antes uma riqueza que só se efetiva com capital, tecnologia e conhecimento, muito conhecimento efetivo (tácito e explícito).

Visto assim no século XXI, com o paradigma tecno-econômico permite que novas fronteiras tecnológicas sejam exploradas, como no caso de bioprodutos, fitoterápicos, fitocosméticos e demais oportunidades tecnológicas que aumentem a eficiência das atividades econômicas intensivas em recursos naturais.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:
nilsonpimentel@uol.com.br.